

U. PORTO



FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA A VILA DE SÃO TORCATO

Ricardo Alberto Da Silva Lima

Porto, 2009



PLANO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA A VILA DE SÃO TORCATO

Monografia realizada no âmbito da disciplina de
Seminário – opção de Futebol, ministrada no 5º ano
da Licenciatura em Desporto e Educação Física, da
Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

Orientador: Professor Doutor José Augusto Rodrigues dos Santos
Ricardo Alberto Da Silva Lima

Porto, 2009

Lima, R. (2009). *Projecto de Desenvolvimento Desportivo para a Vila de São Torcato*. Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

PALAVRAS-CHAVE: DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO; DESPORTO; PLANO; ORGANIZAÇÃO; VILA.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho só foi possível graças ao apoio e disponibilidade de diversas pessoas que, de forma directa ou indirecta, me ajudaram no meu percurso académico, pelo que não poderia deixar de mostrar meu reconhecimento e expressar os meus mais sinceros agradecimentos.

- Ao Prof. Doutor José Augusto pelo profissionalismo, disponibilidade e celeridade na orientação deste trabalho.
- Aos meus amigos pela amizade partilhada e apoio incondicional.
- À minha família, Regina (Irmã), João (“Irmão”) e a todos pela amizade, amor e constante apoio dado.
- Aos meus pais por todas as oportunidades que me proporcionaram ao longo da vida e pelo imutável apoio, incentivo e acima de tudo pelo muito carinho e amor partilhado.
- À Suzana por tudo que representa na minha vida. Pelo constante apoio, amor e carinho...

...a todos, o meu Muito Obrigado!

Índice Geral

Agradecimentos	III
Índice Geral	V
Índice de Figuras	VII
Índice de Tabelas.....	IX
Resumo	XIII
Abstract.....	XV
1 – Introdução	1
Delimitação do Problema	2
2 – Revisão de Literatura	5
2.1 – Evolução do Desporto	5
2.2 – A situação actual do Desporto:	7
2.3 – As Novas Tendências do Desporto.....	9
2.4 – A Descentralização do Desporto.....	10
2.5 – O Desenvolvimento Regional e o Desporto	12
2.5.1 – Factores de Desenvolvimento de Desporto	14
2.6 – As Autarquias e o Desporto	17
2.6.2 – Competências das Autarquias	18
2.6.2 – Objectivos, Princípios e Medidas da Política Desportiva Municipal	21
2.6.3 – Gestão Desportiva do Município e Tipos de Gestão.....	22
2.6.4 – Os Equipamentos e Infra-Estruturas para a Prática Desportiva..	24
2.6.5 – As Autarquias e os Clubes Desportivos.....	27
2.7 – Associativismo Desportivo	29
3 – Metodologia.....	31

4 – Apresentação dos dados.....	33
4.1- Caracterização da Vila de São Torcato.....	33
5 – Plano de Desenvolvimento Desportivo.....	43
6 – Conclusões e Sugestões.....	53
6.1 – Conclusões	53
6.2 – Sugestões	55
7 – Referências Bibliográficas.....	57

Índice de Figuras

Figura 1- Pavilhão Gimnodesportivo da Escola EB2/3 de São Torcato.....	37
Figura 2- Ringue da Escola EB 2/3 de São Torcato.....	38
Figura 3- Ringue da Escola EB 1 de S.Torcato.....	38
Figura 4 - Ringue do Parque do Mosteiro de S.Torcato	39
Figura 5 - Relvado do Campo de Jogos do Arnado.....	39

Índice de Tabelas

Tabela I - Nº de atletas, treinadores, dirigentes, massagistas e roupeiros no Torcatense	41
--	----

Índice de Anexos

ANEXO I - Mapa Concelho de Guimarães	I
Anexo II – Mapa de Vila de São Torcato	II
Anexo III - Escola EB 1 de São Torcato	III
Anexo IV- Ringue e Balneários da Escola EB 1 de São Torcato.....	V
Anexo V- Escola EB 2/3 São Torcato.....	IV
Anexo VI– Pavilhão Ginmnodesportivo EB 2/3 São Torcato	VI
Anexo VII – Ringue da Escola EB 2/3 de São Torcato.....	VI
Anexo VIII – Infra- Estruturas do Grupo Desportivo União Torcatense	VII

Resumo

O Desporto é uma actividade cultural cada vez mais importante nas sociedades hodiernas, pelo que a sua promoção e expansão contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações. A promoção autárquica da actividade desportiva é a forma mais eficaz de fazer chegar os benefícios do desporto às populações. Assim este trabalho teve como objectivo caracterizar a situação desportiva na Vila de São Torcato, e elaborar um Plano de Desenvolvimento Desportivo para a Vila. A metodologia consistiu em entrevistas abertas ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia e ao Sr. Presidente do Torcatense. De seguida caracterizamos a Vila nos mais variados níveis. Na terceira fase, elaboramos um Plano de Desenvolvimento Desportivo para a Vila de São Torcato, e por último apresentamos as conclusões encontradas após a análise de dados. Relativamente às conclusões, achamos pertinente referir as seguintes: não existe Desporto organizado, à excepção do clube, na Vila e o mesmo está longe de estar disponível “para todos”; todo o dinheiro para o Desporto na Vila é entregue sob a forma de subsídio; a única modalidade praticada é o Futebol; não existe qualquer relação desportiva entre a junta e as escolas; as instalações existentes são suficientes para o desenvolvimento do “Desporto para Todos”. Posto isto, as soluções, quanto a nós passam por: criar um Gabinete Desportivo, estando ligado à junta de freguesia mas sendo o mesmo auto-suficiente a nível económico e/ou apoiado por privados; proporcionar a toda a população o acesso à prática de actividade física; promover uma relação de cooperação, a nível desportivo, entre o Gabinete Desportivo e as escolas da freguesia; proporcionar o acesso à actividade física aos idosos em geral e aos frequentadores do Centro de Dia em particular; proporcionar uma interacção desportiva/social com as freguesias vizinhas; promover o desenvolvimento de novas e diversas modalidades; criar um protocolo com Torcatense, tendo em vista o uso das instalações pertencentes a este, bem como a organização de actividades regulares para os residentes na freguesia e o desenvolvimento de novas modalidades a nível

Palavras-chave: Desenvolvimento Desportivo;Desporto;Plano;Organização;Vila.

Abstract

The Sport is a more and more important cultural activity in the present societies, because his promotion and expansion contributes to the improvement of the quality of life of the populations. The non-governmental promotion of the athletic activity is the most efficient form of making bringing the benefits of the sport near to the populations. So the objective of this work intended to characterize the athletic situation in the village of São Torcato, and to prepare a Plan of Athletic Development for the village. The methodology consists in opened interviews to a Mr. President of the Board of Customs and to a Mr. President of the Torcatense. Of pursuance we characterize the village in the most varied levels. In the third phase, we prepare a Plan of Athletic Development for the village of São Torcato, and for last we present the conclusions found after the analysis of data. Relatively to the conclusions we find relevant the next ones tell: there is not organized Sport, with the exception of the club, in the village and the same thing is far from being available “ for all ”; all the money for the Sport in the village is handed under the form of subsidy; the only kind practiced in the village is the Football; there is not any athletic relation between the board and the schools; the existent installations are sufficient for the development of the “ Sport for All ”, the solutions, as for us they pass for: The creation of an Athletic Office, connected with board of customs, but when the even self-sufficient thing is at level economical and / or supported when for they were deprived; to provide to the whole population the access to the practice of physical activity; to promote a relation of cooperation, at athletic level, between the Athletic Office and the schools of the village; provides the access to physical activity to the old ones in general and to the regular visitors of the Centre of Day in individual; to provide an athletic / social interaction with the nearby villages; to promote the development of news and several activities; creation of a protocol with Torcatense, having in mind the use of the pertaining installations to this one, as well as the organization of regular activities for the residents in the village and the development of new activities at federate level.

Key-words: Athletic Development; Sport; Organization; Village.

1 – Introdução

O Desporto deve ser uma actividade de fácil acesso para todos os que o pretendam praticar. O conceito de desporto faz parte da área de conhecimento da sociedade actual, sendo a sua prática considerada fundamental para o bem-estar do homem a todos os níveis.

Contudo, são vários os obstáculos com que se deparam as pessoas que tentam iniciar e manter uma prática de actividade física regular. Para isso, entram em jogo as autarquias.

As autarquias são, hoje, o grande motor do desenvolvimento desportivo. Estas assumem um papel fundamental para garantir o acesso à prática desportiva dos seus municípios. São elas que têm um contacto mais próximo com as suas populações e poderão solucionar os seus problemas com maior facilidade, em colaboração com várias instituições (Administração Central, Associativismo, Escolas, Empresas e outras instituições do Concelho).

Sendo assim, o nosso objectivo consiste na elaboração de um Plano de Desenvolvimento Desportivo para a Vila de São Torcato localizada no Concelho de Guimarães, no sentido de melhorar o acesso à prática desportiva em quantidade, qualidade e diversidade desejada pelos Torcatenses.

Desta forma, organizámos o trabalho da seguinte maneira:

- Delimitação do problema, onde foram definidos os objectivos que nos propusemos alcançar;
- Foi efectuada uma revisão bibliográfica, onde identificamos a evolução do conceito de Desporto e foram recolhidas as opiniões e ideias de vários autores, com o objectivo de suportar os dados recolhidos e frisar alguns aspectos que nós consideramos pertinentes acerca deste tema;
- Na Metodologia apresentamos a forma como os dados foram recolhidos, assim como os materiais e métodos utilizados para a sua elaboração;

- Após conhecermos a realidade desportiva da Vila, elaboramos um Plano de Desenvolvimento Desportivo para a mesma, onde apresentamos os caminhos a seguir, bem como as estratégias a adoptar na elaboração do referido plano;
- Finalizando, apresentamos as conclusões retiradas do trabalho, e apresentamos novas propostas de trabalho.

Delimitação do Problema

A importância da prática desportiva, nesta sociedade moderna é inquestionável, no entanto nem sempre temos tempo, recursos humanos e/ou materiais para realizarmos uma prática desportiva regular, que vá de encontro às nossas necessidades.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Desportivo, a prática desportiva é um direito que assiste a todo e qualquer cidadão.

Apesar deste direito, quer-nos parecer que o estado apenas o cumpre na escola, permitindo o acesso à Educação Física a todos os alunos, mas mesmo esta deixa muito a desejar, pois a nível temporal parece-nos insuficiente, o que faz com que os jovens procurem o Desporto Associativo. Perante a incapacidade do estado em proporcionar a todos os cidadãos os direitos consagrados na Lei de bases do Sistema Desportivo, as Câmaras Municipais são responsáveis por essa tarefa, o que torna a sua aplicação a nível local mais efectivo. A nível das juntas de freguesia, o trabalho realizado em prol do Desporto e/ou Actividade Física parece-nos reduzido ou mesmo inexistente, pois o mesmo verifica-se apenas sobre a forma de subsídios.

No caso específico da Vila de São Torcato, esta é um pouco esquecida, talvez devido à distância entre a mesma e a cidade de Guimarães, daí que achamos pertinente a criação de um gabinete desportivo, auto-suficiente, para esta vila/freguesia, de forma a proporcionar a todos os residentes o acesso à prática desportiva.

Por todos os motivos aqui expostos julgamos ser possível, e acima de tudo importante, a criação do Gabinete Desportivo, o qual será responsável pela elaboração e efectivação de um Plano de Desenvolvimento Desportivo para a dita Vila em consonância com todas as associações e entidades responsáveis e interessadas da Vila, para desta forma potenciar a actividade física a nível local, proporcionando o acesso à mesma a todas as pessoas, e não só àquelas que estejam ligados aos movimentos associativos.

É com este objectivo que elaboramos o seguinte trabalho, onde traçaremos as linhas orientadoras a seguir, sendo o mesmo a base para a execução prática deste plano.

2 – Revisão de Literatura

2.1 – Evolução do Desporto

O homem desde sempre andou, correu, saltou, lançou, socializou...

A partir de determinado momento, passou a jogar, correspondendo esta alteração a uma verdadeira transformação no modo como utilizava socialmente o corpo. Do jogo passou ao desporto, e esta passagem que traduz uma trajectória de um corpo que era essencialmente «motor», a um corpo que passa também a ser desportivo, é acompanhada de um conjunto de transformações de grande dimensão e complexidade (Constantino, 1999).

O desporto, enquanto prática corporal socialmente construída, transforma-se e adquire significações e funções distintas em função dos diferentes actores sociais que as apropriam. O desporto pode servir de meio de inclusão de normas culturais, de processo de expressão da resistência ao controlo e à dominação, de lugar de construção de identidades sociais, de suporte de ideologias e de afirmação de legitimidades políticas.

O acto desportivo não é só uma expressão da capacidade de rendimento corporal. É, claramente, um produto que encerra um valor cultural, económico e político. (Constantino, 2006)

De acordo com o Conselho da Europa, entende-se por “desporto” todas as formas de actividade física que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão, ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.

Hoje em dia, e de acordo com Pires (2007), o Desporto é um fenómeno macrossocial e microssocial:

Macrossocial porque é uma instituição social que contém valores reconhecidos, sob o ponto de vista social, à volta dos quais as pessoas se congregam e

organizam. O desporto atinge uma diversidade muito ampla de valores que configuram a sociedade moderna;

Microsocial porque comporta as seguintes instituições:

- Sociais: A escola, a família e demais sectores e subsectores do sistema desportivo;
- Regulamentadoras: Os normativos económicos, legais e políticos que enquadram o mundo das práticas desportivas;
- Culturais: A religião, os *media*, as artes, bem como os produtos desportivos de cariz cultural.

Por isso, o desporto é:

- Um jogo que acontece;
- Um jogo institucionalizado;
- Uma instituição social;
- Uma categoria de envolvimento social.

O desporto deverá então visar valores como a saúde, lealdade, educação, respeito e capacidade de dar o melhor. O Espírito Olímpico está ainda bem presente nos desportistas que defendem que o melhor não é ganhar mas sim participar, ignorando as diferenças raciais, religiosas, políticas, ideológicas e económicas.

2.2 – A situação actual do Desporto:

O Desporto deixou de ter, se é que alguma vez chegou a ter, a perspectiva cor-de-rosa e idílica, descrita pelos mais diversos teóricos de finais do século passado e dos inícios deste século. Considerando-o como uma consequência do estágio de desenvolvimento tecnológico da humanidade, na medida em que sendo um produto da sociedade industrial, organizou-se à imagem e semelhança do seu modelo (Pires, 1993).

Bento (1991) afirma que se torna importante considerar uma mudança de valores sociais com o aumento da importância da economia, criatividade, fruição da vida, convívio, comunicação, aventura, risco, culto do prazer, do lúdico e do hedonístico, associados a uma expansão do corpo e da saúde.

Portugal não tem escala, nem economia, nem cultura, para poder aspirar a ser uma potência desportiva. Mas o seu potencial de crescimento e desenvolvimento está longe de ter esgotado o que o país pode oferecer ao desporto (Constantino, 2006).

Ao contrário do que, por vezes, se pretende fazer crer, o desporto e as suas práticas são, enquanto fenómeno social e objecto de investigação, uma matéria de crescente complexidade e de requisitos multidisciplinares para a respectiva interpretação. Aborde-se o desporto, como rendimento ou formação, na óptica do lazer ou da manutenção, os respectivos significados sociais traduzem uma pluralidade de motivos, de razões e de contextos organizacionais que desadequam qualquer perspectiva interpretativa que se baseie numa lógica unidimensional do desporto (Constantino, 2006).

Ainda de acordo com o mesmo autor, as mudanças que se estão a operar nas sociedades contemporâneas, a evolução tecnológica, a emergência da sociedade da informação e do conhecimento e o papel crescente dos peritos e outros especialistas, o crescimento exponencial das organizações e entidades desportivas, a sua dimensão e dinamismo, desenvolvem-se de maneiras e formas mais complexas, mas também mais diversificadas do que no passado.

O desporto carece urgentemente de um movimento regenerador que procure dinamizar valores e princípios éticos que enalteçam o prazer da competição no respeito pela lealdade e pelo espírito desportivo envolvendo todos quantos estão ligados ao acto desportivo: atletas, treinadores, árbitros, dirigentes e público, a que todos poderes públicos, associativos ou privados, se devem sentir vinculados (Constantino, 1999).

De acordo com Pires (2007), o desporto em Portugal apresenta diversos paradoxos e contradições. Por um lado, tem estado condicionado à difícil situação económica e social do país, por outro, exhibe resultados em algumas modalidades, quer individuais quer colectivas, que ultrapassam significativamente aquelas dificuldades.

Vive a crise do Modelo Europeu de Desporto, bem como as contradições entre políticas dirigidas mais para a massa ou mais para a elite. Em conformidade, é de fundamental importância que se encontre a verdadeira vocação de cada sector de prática ou de actividade desportiva, bem como o padrão de intervenção do Estado das suas relações com o movimento desportivo.

O mesmo autor refere que tudo indica que a adesão das novas gerações à prática desportiva está a ser realizada no domínio do informal e do inorganizado, pelo que se torna necessário dar nova orientação às políticas de equipamentos desportivos.

A importância que o desporto assume na sociedade actual requer um maior investimento não de dinheiro mas de massa cinzenta. Requer um investimento da classe política e dos partidos para o estudarem e compreenderem a fim de se tornar possível a idealização de políticas desportivas claras e objectivas que tenham em atenção os reais interesses das populações, sobretudo as mais desfavorecidas, e não simplesmente as habituais medidas de holofote que acabam por prejudicar o desenvolvimento desportivo do país. (Pires, 2007)

O desporto na sua pluralidade não pode viver à sombra de frases de “efeitos rápidos” e de resultados escassos. Não pode continuar a aceitar, como

demonstrado, o que não tem comprovação experimental. Não pode manter, como sua raiz identitária, teses e interpretações que a vida desmente. Manter esta orientação é o caminho mais curto para desacreditar e desvalorizar o desporto. O exercício crítico é o modo de refundar a sua identidade e de o reconciliar com a vida e com a sociedade. (Constantino, 2006).

Aquilo de que o sistema desportivo necessita, para o seu desenvolvimento, não coincide com os imperativos dos ciclos políticos. Pretender obter resultados duradouros a curto prazo é uma ilusão que trava qualquer reforma. E é aqui que começa e termina um dos problemas do nosso desporto (Constantino, 2006).

2.3 – As Novas Tendências do Desporto

Em relativamente pouco tempo, o mundo mudou, em termos estruturais, nos hábitos, nos costumes e nos estilos de vida das sociedades (Constantino, 1993).

Carvalho (1994) considera que o desporto é hoje, em si próprio, um reflexo da modernidade. O desporto do tempo livre, da educação, da manutenção, recuperação e reeducação, de melhoria de saúde, de recomposição da capacidade psico-física de trabalho, do espectáculo e do profissionalismo, invadiu a realidade social.

O tempo livre e a disponibilidade económica criaram nas pessoas a necessidade de se entregarem a práticas corporais sob a forma de lazer, aventura, ou simples bem-estar geral (Constantino, 1994).

O desporto divide-se actualmente entre duas lógicas: a vertical, que dá corpo à organização federada do desporto, selectiva, piramidal e segregativa socialmente, e outra horizontal representando a dinâmica desportiva local, que deseja a integração de todos em actividades elaboradas à sua medida (Carvalho, 1994).

Uma das maiores causas de morte nos dias que correm é o sedentarismo. A Organização Mundial de Saúde estima que dois milhões de pessoas morrem em cada ano por factores atribuídos ao sedentarismo. Cada vez mais, hoje em dia, as pessoas olham para a actividade física como um dos maiores contributos para a promoção da saúde pública.

De acordo com Constantino (2006), a promoção das actividades físicas e desportivas deve-se situar neste contexto, tendo presente que a saúde pode ser treinada e por isso melhorada e aumentada.

É nesta linha de pensamento que se deve colocar a problemática das actividades físicas, já que os dados disponíveis, sejam fruto de observações, estudos experimentais, clínicos ou epidemiológicos, reconhecem com suficiente fiabilidade que a actividade física e o exercício regular podem ter efeitos benéficos no plano da saúde individual. Mais ainda, apontam igualmente, no sentido de que esses efeitos benéficos podem ser alcançados por todos, homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, pessoas eventualmente atingidas por doenças crónicas e deficientes (Constantino, 1999).

2.4 – A Descentralização do Desporto

Segundo Gomes (1986) é fácil compreender que a descentralização é o verdadeiro motor do desenvolvimento, e já Herculano, o grande impulsionador da administração do país pelo país, na sua campanha para a presidência da Câmara Municipal de Belém, em 1853, o afirmava. Só através dela ia sendo possível combater os abusos e vícios do poder, dos que pretendem transformar a liberdade em falsa miragem.

Se a nível político isto é uma grande verdade, pensamos que a nível desportivo também sucede o mesmo, daí que Araújo (1997) afirme que a administração local, pela sua estreita ligação às populações e uma vez distribuídos os meios e os recursos necessários, apresenta-se em condições óptimas para concretizar na sua área geográfica o Direito ao Desporto como meio cultural e formativo de imprescindível importância, em colaboração com os

representantes locais da Administração Central, do Associativismo e das Escolas.

A eficácia do desenvolvimento regional desportivo reside hoje na descentralização, que se nos apresenta assim como o verdadeiro pressuposto de regionalização, o seu modelo fidedigno, embora existam algumas teses contrárias definidoras de outra delimitação de competências entre, sobretudo, a região e o município, colocando o desenvolvimento desportivo a cargo deste último e não no âmbito da região (Gomes, 1986).

Para Pires (1989) as Câmaras Municipais em matéria de desenvolvimento desportivo têm por vocação e missão, a responsabilidade de terem uma visão macroscópica do sistema desportivo local, que interage de uma forma dinâmica com os subsistemas que o integram e macro sistemas onde se devem integrar.

A área de vocação e intervenção do município, deverá criar mais e melhores condições de acesso às actividades desportivas do maior número de cidadãos dos diversos grupos etários da população. É portanto uma intervenção no sentido de democratizar a prática das actividades físicas e desportivas (Constantino, 1990).

Se pretendemos o desenvolvimento regional desportivo é natural que se coloque o problema da sua eficácia como objectivo, de modo a garanti-lo.

O estado centralizado não pode garantir hoje semelhante meta perante a criatividade aumentada dos movimentos desportivos, regionais e locais, urbanos e rurais, e este sucumbe perante a ineficácia dos seus métodos técnico-burocráticos, afastados dos centros das questões (Gomes, 1986).

Constantino (1995) afirma que no futuro o poder local vai ter uma responsabilidade cada vez maior na configuração das políticas desportivas, contra o centralismo burocrático e asfixiante do poder central de forma a proporcionar às populações um futuro melhor. Este futuro só será melhor se houver uma maior intervenção dos municípios no quadro de desenvolvimento

regional, o que implica um aumento das atribuições e das competências do poder local, assim como da sua autonomia financeira.

2.5 – O Desenvolvimento Regional e o Desporto

O Desenvolvimento Regional é actualmente um meio e um objectivo de modernidade da sociedade portuguesa, possível de atingir, se formos capazes de reduzir assimetrias, organizarmos racionalmente a nossa vida colectiva, promovermos a distribuição da riqueza de modo a eliminar desigualdades extremas, modernizarmos a nossa capacidade produtiva, e sobretudo, acreditarmos na educação e na formação como elemento estratégico fundamental do nosso objectivo (Constantino, 1995).

O desenvolvimento regional requer medidas de suporte que exigem uma aposta forte na regionalização, mas cujo superior alcance está em larga medida condicionado pela reforma do sistema político autárquico, reduzindo a sua partidarização e aumentando a participação dos cidadãos na vida local. É neste quadro condicionante que as questões referentes ao desenvolvimento, e por isso também ao desporto devem ser encaradas, sendo certo no entanto, que o problema não se esgota aqui. (Constantino, 1999)

As políticas de desenvolvimento desportivo regional a levar a cabo pelos municípios, devem ser construídas em torno do que se pode designar por políticas que atendam à insatisfação permanente de necessidades básicas das populações. E as «necessidades básicas» não são um conceito estático, mas uma realidade em mutação. Se em muitos pequenos aglomerados humanos (como por exemplo nas aldeias) as necessidades de lazer consistiam nos jogos de cartas e jogos de malha, hoje em dia, com a constante evolução das condições de vida, as populações começam a exigir para si próprias o acesso e melhores condições de vida nas quais se incluem as mais diversas actividades de lazer e práticas desportivas com sentido lúdico e/ou higiénico.

Essas políticas podem ser estruturadas em torno das matérias que caracterizam na generalidade dos casos os grandes desafios do futuro, ou seja, políticas que:

- Promovam a saúde das populações;
- Melhorem o acesso aos bens culturais;
- Estimulem a prática física e desportiva como factor indutor do bem-estar e da qualidade de vida (Constantino, 1999).

Relativamente ao desporto, exige-se aos municípios um profundo esforço de compreensão sobre a importância e o papel social que a cultura física representa na vida actual, assumindo o devido protagonismo no desenvolvimento regional, em torno de um modelo centrado entre outros aspectos (Constantino, 1995):

- Na garantia do direito do cidadão à Educação Física e ao Desporto;
- No reconhecimento de que como parte integrante do aparelho de Estado lhe cabe criar condições mínimas para a sua prática;
- Na promoção de uma multiplicidade de acções possíveis no domínio da Educação Física e da prática desportiva escolar;
- Na defesa da formação e educação dos novos praticantes desportivos;
- Na promoção dos valores, princípios e comportamentos conducentes ao “Espírito Desportivo”;
- Na construção de adequadas infra-estruturas e no seu apetrechamento;
- Na aplicação possível de sistemas de contratualização com as Universidades para aproveitamento dos processos de investigação por eles conduzidos com aplicação directa no desenvolvimento desportivo regional;
- Na defesa da formação de quadros técnicos;
- No estudo de condições económicas e sociais da população, os seus hábitos e aspirações desportivas;
- Na defesa de uma visão plural da Educação Física e do Desporto;
- Na promoção directa de actividades físicas.

2.5.1 – Factores de Desenvolvimento de Desporto

“A melhoria das condições de vida das populações é, simultaneamente, condição e fim do processo de desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento não tem por objectivo exclusivo satisfazer as necessidades materiais do homem mas, sobretudo, melhorar as suas condições de vida e contribuir para as suas aspirações em geral” (Pires, 2005).

Com a razoável satisfação das necessidades básicas das populações, estas ganham novos campos de interesse abrindo assim as suas fronteiras de realização pessoal com a aderência a novas actividades, entre as quais se salienta a prática desportiva.

Segundo Perroux (1981), o desenvolvimento deve sempre respeitar três princípios básicos: Globalidade, Integração e Endogeneidade.

Global – Designa uma visão de conjunto das dimensões de um todo humano e a diversidade dos aspectos que deve ser assumida nas suas relações para além das análises especiais.

Integrado – Designa a reunião de unidades ou factores num mesmo conjunto, o que permite a articulação pluri-regional, a melhor coesão entre os sectores, regiões e classes sociais.

Endógeno – Refere-se às formas e recursos interiores de uma nação, sua utilização e valorização coerentes.

São vários os factores de Desenvolvimento Desportivo que se podem considerar:

1º - Orgânica: “...conjunto de organismos nacionais e internacionais, governamentais ou não governamentais que configuram, enquadram e animam o processo desportivo”.

A orgânica possibilita um desenvolvimento desportivo sustentado, e é possível de se medir através do número de clubes, associações, federações, praticantes, entre outros.

2º - Actividades: “ Conjunto de práticas desportivas entendidas como as acções motoras de raiz física, biológica, neurológica e fisiológica, condicionadas e determinadas socialmente. As actividades assumem a forma de diversas modalidades desportivas podendo cada uma delas ter uma dinâmica organizacional, formal e informal, e decorrer sob o ponto de vista da responsabilidade institucional de diversos sectores, com objectivos próprios e dirigidos a grupo alvo específicos, tendo em atenção as diversas etapas do processo”.

Um técnico deve em 1º lugar apoiar as actividades, uma vez que caso não exista competição é muito difícil existir modalidade

3º - Instalações: “...infra-estruturas desportivas artificiais constituídas por áreas especiais ou recintos, cobertas ou ao ar livre, destinadas à pratica desportiva, tais como pistas de atletismo, pavilhões, campos de jogos, ginásios e piscinas”.

O que justifica a existência de instalações são as actividades e não pela simples vaidade de um Presidente da Câmara.

4º - Apetrechamento: “equipamentos leves e pesados, individuais e colectivos necessários à pratica desportiva”.

Só depois de haver actividades e depois de ter uma certa qualidade é que vai haver o apetrechamento.

5º - Marketing: “Acção de promover as práticas desportivas de forma que a elas possam aderir o maior número de indivíduos possível” (Pires 1989, citado por Carvalho, 1999). A promoção de uma actividade é outro factor de desenvolvimento, começa a ser importante a partir de determinado patamar.

6º - Quadros Humanos: “Os indivíduos que intervêm, animam e dão sentido ao processo de desenvolvimento desportivo. São eles os praticantes, os técnicos, os dirigentes e os espectadores”.

Só a partir de um determinado patamar são necessários técnicos e dirigentes mais qualificados

7º - Formação: “Processo de transmissão/ aquisição activa de conhecimentos tendo em vista a valorização técnica e como objectivo melhorar o desempenho dos quadros humanos intervenientes no processo desportivo”.

Necessária para todos os intervenientes do sistema desportivo.

8º/9º - Documentação/ Informação: “É a produção editorial a todos os níveis. A “informação” tem em si competência de divulgar aquilo que vai acontecendo nos restantes factores de desenvolvimento”.

A documentação é um factor fundamental a produzir em qualquer modalidade.

Para que todos os agentes desportivos estejam implicados no processo, é necessário que estejam devidamente informados.

10º - Financiamentos: “...montante dos recursos monetários postos à disposição do desporto”. “ Processos através dos quais os diversos sectores do sistema desportivo obtêm recursos monetários e financeiros”.

É necessário haver financiamentos, se possível através da sociedade.

11º - Legislação: “Conjunto de leis que enquadram, regulamentam e configuram o processo desportivo”.

Para o desporto português evoluir é necessário alterar a legislação, pois ela não é clara e não está totalmente regulamentada.

12º - Gestão: “...existem dois planos no domínio da ‘gestão` quando estamos a tratar da problemática do desporto. Uma gestão que tem a ver,

fundamentalmente, com as práticas desportivas e deve ser exercida pelos técnicos profissionais de Educação Física”.

(...) ”Por outro lado uma segunda ‘gestão’, que dizemos administrativa, que embora suporte as práticas desportivas, realiza-se à margem dela e pode ser exercida por técnicos alheios ao processo desportivo”.

É necessário gerir e atribuir a responsabilidade a quem gere.

2.6 – As Autarquias e o Desporto

“A actividade física e desportiva representa hoje um papel significativo no desenvolvimento das populações, quer do ponto de vista educativo, do bem-estar, da saúde e da qualidade de vida dos cidadãos” (Dias, 2000, p.16).

A mobilização e o envolvimento das populações, permitindo a circulação da mensagem da actividade física e desportiva associada à cultura do tempo livre, à manutenção da condição física e à promoção do bem-estar, exigem um escalonamento diferente, no âmbito das prioridades e das atribuições dos diferentes protagonistas e agentes desportivos exigem, igualmente, a compreensão de que o alcance das políticas desportivas locais está muito dependente do alargamento das políticas desportivas a outras políticas sectoriais, como as da educação da saúde, do ambiente, da juventude e do ordenamento do território (Constantino, 2006).

Os níveis de desenvolvimento desportivo só serão alcançados depois de uma participação intensa das autarquias. “Estas são hoje o grande actor de desenvolvimento desportivo” (Carvalho, 2002).

O desporto é uma prática social susceptível de assumir um papel indutor do próprio desenvolvimento regional, tornando-se pertinente avaliar os termos e limites dessa intervenção.

Neste sentido, cabe às autarquias em matéria de desporto, criar, melhorar e aumentar as condições de acesso da população à prática do desporto.

Para Constantino (1992), “se o Desporto é um direito, ele tem um valor cultural autónomo”. Ainda segundo o mesmo autor “as autarquias, como filamento terminal do aparelho de Estado, são a instância que melhor se encontra colocada para garantir esse direito, já que são, de todas as estruturas do poder, aquelas que mantêm um grau de maior intimidade e proximidade ao sentir a ao viver das populações”.

2.6.2 – Competências das Autarquias

A criação de condições que permitam às populações comportamentos fisicamente activos e um estilo de vida onde esteja incorporada uma forte componente de actividade física e desportiva devem constituir o mote central das políticas desportivas locais (Constantino, 2006).

O desporto como direito do cidadão, direito a ser exercido, requererá uma grande aposta das autarquias, no sentido de dotarem os sistemas desportivos locais das condições necessárias ao exercício desse direito. É a sociedade democrática e a lógica humanística que lhe está inerente, que requer condições de igualdade no acesso à prática desportiva (Constantino, 1999).

Embora se reconheça a crescente presença das autarquias no sistema desportivo, continua a manter actualidade a questão de definir, com suficiente grau de precisão, qual será a orientação prioritária do poder local, em matéria de desenvolvimento do sistema desportivo (Constantino, 1999).

Esse papel não pode deixar de ser, o de se assumir como entidade propiciadora e estimuladora do aumento da oferta de condições que permitam à generalidade dos cidadãos o acesso a formas qualificadas de prática do desporto, aumentando os respectivos níveis de participação e de frequência nas actividades desportivas (DREFD, 2000).

Segundo Constantino (2002), o trabalho autárquico, deve centrar-se nos cidadãos e menos no espectáculo desportivo, mais no desporto ao alcance de todos e menos no desporto para alguns praticarem e outros apenas assistirem, permitindo que as respectivas populações adquiram um estilo de vida activo

onde o exercício e o desporto sejam considerados como um meio indispensável de valorização individual e colectiva.

Constantino (1999), baseado na Lei de Bases do Sistema Desportivo, reporta-nos um conjunto de competências autárquicas, que colocam esta entidade na primeira linha do processo de desenvolvimento desportivo:

- a) São um elemento constitutivo do sistema desportivo e por esse facto são chamados a cumprir atribuições no âmbito das obrigações do estado.
- b) Devem juntamente com o Governo adoptar as medidas adequadas e estimular e apoiar a prática do desporto na Escola.
- c) Devem fomentar e apoiar os jogos tradicionais como parte integrante do património cultural específico das diferentes regiões do País.
- d) Devem, juntamente com o Governo, desenvolver uma política integrada de instalações e equipamentos desportivos com base em critérios de equilibrada inserção no ambiente e em coerência com o integral e harmonioso desenvolvimento desportivo.
- e) Têm um papel determinante na reserva de espaços para a prática desportiva, designadamente através de instrumentos de planeamento como os planos directores municipais e os planos de urbanização.
- f) Compete-lhes juntamente com o Governo dotar as escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário carenciadas, de adequadas instalações desportivas.
- g) Têm responsabilidades em matéria de terrenos para espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas e equipamentos, e na gestão do parque desportivo escolar.
- h) São responsáveis por um conjunto de procedimentos no âmbito do regime de participações financeiras públicas ao associativismo desportivo.

De acordo com Carvalho (1994), os objectivos da acção das autarquias locais no desenvolvimento desportivo são:

1. Projectar toda a acção de forma a que contribuam para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade de toda a população que vive no município;
2. Procurar, por todos os meios, contribuir para o aperfeiçoamento e a manutenção da saúde física e mental do maior número de membros da comunidade;
3. Lutar, abertamente, contra a segregação social que se verifica no desporto, directamente em relação aos trabalhadores, mas, em especial, quanto aos seus filhos e à juventude em geral;
4. Incentivar e promover todas as formas de acção que contribuam para a autêntica democratização das actividades desportivas e outras actividades físicas formativas, sob as diferentes formas que elas revestem: acesso à prática, participação na gestão e nas decisões orientadoras, garantia qualitativa dos conteúdos;
5. Contribuir para a integração social da Juventude, através de acções que respeitem o seu natural desejo de autonomia, e as necessidades de construção de uma personalidade equilibrada e harmoniosamente desenvolvida;
6. Promover a utilização válida, do ponto de vista individual e social, do tempo livre de cada indivíduo, tomando em especial atenção as crianças, os jovens, os idosos e os deficientes;
7. Submeter toda a acção a directrizes que garantam o carácter humanizador a todas as actividades a desenvolver, lutando intensamente contra as formas redutoras do valor formativo do desporto, e degradantes para os praticantes;
8. Pesquisar e promover as formas tradicionais de actividade lúdica, e garantir que desempenhem uma importante função social, relacionada com o património cultural da comunidade;

9. Apoiar, sob todas as formas possíveis, o associativismo local, considerando como um factor decisivo de democratização sócio-cultural global;

10. Contribuir para a criação das bases materiais (instalações e equipamentos) da prática, sob todas as suas formas, procurando definir um planeamento local directamente integrado no Plano Director Municipal;

11. Promover a mais ampla acção de coordenação, que garanta a rendibilização das acções, e a mais extensa e profunda participação do maior número de instituições na definição do Plano de Desenvolvimento Desportivo Local;

12. Promover a organização específica de projectos de actividades, que possam fornecer respostas adequadas às necessidades dos grupos da população que não se encontram integrados em qualquer tipo de instituições, ou tenham especiais dificuldades de integração.

2.6.2 – Objectivos, Princípios e Medidas da Política Desportiva Municipal

É inquestionável que nos dias de hoje é impossível separar o poder político do desporto e, julgamos nós, que ambos só têm a ganhar com esta «união», desde que a mesma seja livre de interesses secundários.

Segundo Constantino (1994), parece difícil para qualquer Município estruturar uma política desportiva sem compreender a complexidade de que se revestem actualmente as práticas do desporto e do conjunto de condições necessárias para que o mesmo se possa assumir como factor valorizador dos cidadãos.

O mesmo autor (1994) refere que os princípios para a criação de novas estruturas gestoras da política desportiva Municipal são:

- Simplicidade e desburocratização na tomada de decisões e na sua execução;

- Garantia de avaliação de todos os grupos populacionais na definição dos objectivos e dos meios;
- Respeito pela capacidade dos técnicos em gerir e elaborar projectos;
- Aceitação pelos técnicos de que a definição inicial e final das “políticas” pertence aos políticos;
- Impedimento da sobreposição de funções com outras instituições (em especial com os clubes);
- Garantia de continuidade de acção respondendo sempre à evolução das necessidades das populações;
- Promoção da elaboração da acção de forma que os grupos e instituições sintam que é algo que lhes diz respeito;
- Respeito pelo princípio do “serviço público”.

Às autarquias cabe, não um papel exclusivo na satisfação desta situação, mas uma intervenção decisiva no sentido de desenvolver num quadro de cooperação com a administração central, o associativismo desportivo e a iniciativa privada, o conjunto de medidas que, norteadas pelo objectivo central de criar mais e melhores condições de prática de desporto, permitam atingir aquele objectivo (Constantino, 1994).

2.6.3 – Gestão Desportiva do Município e Tipos de Gestão

Com base na optimização social, desportiva ou económica das infra-estruturas e sabendo a importância que elas têm para um benéfico desenvolvimento de uma política desportiva municipal, devemos agora discutir o que deve ser feito para a melhoria das condições de acesso e de prática desportiva por parte dos cidadãos.

Pereira (2000), refere que em matéria de planificação, construção e gestão de equipamentos continua-se a assistir a situações com graves implicações negativas, quer em termos de custos de investimento, quer em custos de gestão decorrentes de reduzidas taxas de utilização. Contudo, parece existir uma maior consciencialização para a necessidade dos equipamentos desportivos serem construídos em zonas onde a sua possibilidade de

rentabilização seja maior, havendo uma maior sensibilidade para a realização de algumas parcerias, seja com a administração central, seja com o associativismo desportivo. Relativamente à gestão dos equipamentos, existem várias formas de garantir a prossecução do interesse público. Caberá à autarquia analisar a situação e adoptar para cada caso a solução que entender mais adequada, visto que podem ser adoptadas diferentes formas ou modelos de gestão num mesmo concelho.

A gestão desportiva engloba quatro aspectos. Estes são, a organização desportiva, o planeamento das actividades a desenvolver (desportivas ou não), a sua colocação em prática e o seu posterior controlo. Todos estes aspectos, no contexto das necessidades desportivas, reais ou potenciais, de uma comunidade e a sua satisfação da maneira mais racional possível, têm sempre em conta as condições sociais, desportivas e económicas. (Sancho e Sanchez, 1997).

De acordo com Constantino (1999), os três modelos mais conhecidos são:

- Gestão Directa, a entidade municipal garante um regime de exclusividade e controle sobre a gestão do equipamento.

Borges (2000) refere que o modelo de gestão directa tem como suporte material e orgânico os serviços municipais.

- Gestão Concessionada, onde a entidade pública municipal transfere para uma outra entidade (privada, clube, colectividade desportiva) a responsabilidade da gestão e manutenção do equipamento.
- Gestão Mista é um compromisso entre a gestão directa e a gestão concessionada. É uma situação em que a entidade proprietária divide com uma outra entidade a gestão do equipamento. Verifica-se sobretudo nos equipamentos localizados em estabelecimentos de ensino, em que durante o período de uso escolar, a direcção da escola se responsabiliza pela gestão do equipamento, e no horário pós-escolar uma outra entidade (associativa ou municipal) garante a gestão.

Liberato (2002), salienta ainda um modelo de gestão indirecta, em que os municípios, associações de municípios e as regiões administrativas podem criar empresas dotadas de capitais próprios, sendo classificadas como empresas municipais.

A empresa municipal dotada de autonomia financeira, administrativa e patrimonial permite uma nova forma de organizar o serviço público, conducente a uma gestão mais eficaz e com níveis crescentes de qualidade, com vista à gestão de equipamentos desportivos.

2.6.4 – Os Equipamentos e Infra-Estruturas para a Prática Desportiva

O direito do cidadão ao desporto não pode ser desorganização, não pode ser irresponsabilidade, não pode ser falta de qualidade, não pode ser um desporto feito em qualquer lado (Constantino, 1994).

O tema das infra-estruturas assume um carácter de extrema importância, quando nos referimos à qualidade do Desporto que hoje se pratica em Portugal.

De acordo com Constantino (1999), sendo embora Portugal um país com enormes carências em matéria das diferentes tipologias de equipamentos, a solução não está em acentuar uma visão monumentalista de espaços sobretudo dirigidos ao espectáculo desportivo, mas sim em adoptar soluções de qualidade que valham sobretudo pelo valor estético das opções tomadas, pela flexibilidade e sobriedade das soluções, pela capacidade de utilização variada e pela economia de todos os elementos. E que, sobretudo, respondam às necessidades de prática desportiva das populações.

Segundo Carvalho (1994), é indispensável elaborar um Plano de equipamentos, parte integrante do Plano Director Municipal (PDM), mas que deve ser objecto de um estudo próprio, que integre num “subsistema” a

resposta aos diferentes problemas locais, de acordo com uma analogia adequada a cada finalidade, projectando-se no tempo.

Dessa forma, Constantino (1994) considera que planificar equipamentos desportivos deve significar atender às necessidades e definir prioridades, evitando duplicidades e eliminando excessos.

Segundo Constantino (1992), o problema dos equipamentos para a prática do desporto é um elemento central de qualquer política de desenvolvimento desportivo.

Sem equipamentos não pode haver desenvolvimento. Sendo reconhecido tal facto, nem por isso a concepção sobre equipamentos desportivos tem obedecido a princípios de rigor na sua abordagem e tratamento.

Pires (2000) refere que em relação à concepção e edificação de equipamentos desportivos e à sua gestão, é clara a posição das autarquias locais ao assumirem a quase completa responsabilidade dos mesmos, com investimentos financeiros, humanos e materiais, cedendo a promoção e gestão destes equipamentos ao movimento associativo, numa estreita colaboração entre estes e o município. Numa perspectiva mais actual, embora ainda não totalmente em vigor, esta responsabilidade pode estar ao cuidado de empresas de prestação de serviços que, embora possam apresentar melhores resultados, vocacionam a sua actuação numa perspectiva sobretudo economicista, em detrimento da principal vocação destes equipamentos que é o serviço público.

Cabe igualmente ao Estado (Administração Central e Local) a obrigação de garantir o exercício do direito do cidadão ao Desporto, serão também os mesmos organismos responsáveis pela construção e manutenção dos equipamentos desportivos (Constantino, 1992).

No entanto, como refere Carvalho (1999) para que isto seja viável é necessário que:

- Se conheçam as necessidades da população a que se destina o equipamento;
- Se estabeleçam prioridades face às necessidades expressas;
- Se tenha uma noção clara sobre os custos financeiros da operação (terreno+construção+funcionamento);
- Se opte por um equipamento capaz de satisfazer as necessidades dos utilizadores e de onerar o menos possível os custos decorrentes do seu funcionamento, manutenção e enquadramento;
- Se defina um programa de construção.

Contudo, o mesmo autor (Carvalho, 1994) refere que as carências em instalações desportivas em Portugal é enorme em todo o país, mas ao mesmo tempo verificam-se duas outras situações:

- O número de grandes estádios e outras grandes instalações aproximam-se comparativamente, daquilo que se passa nos outros países europeus;
- A grande maioria das instalações desportivas existentes está sub-utilizada em larga medida”

Sendo assim, será importante reflectir sobre esta situação, sobretudo pela clara inexistência de um planeamento de equipamentos adequado à realidade desportiva específica que se vive em Portugal e em cada Autarquia.

Existem instalações desportivas subaproveitadas ou abandonadas em muitas autarquias do interior do país, que foram construídas para exaltação do ego de alguns autarcas e que não corresponderam a uma análise correcta das necessidades reais das populações. Enquanto muitos locais das periferias das grandes cidades se caracterizam pela inexistência de instalações desportivas ou de lazer condignas, o que poderia constituir-se como factor de criação de hábitos desportivos e sociais saudáveis desde muito cedo em crianças de

zonas economicamente mais desfavorecidas erradicando ou pelo menos atenuando focos de marginalidade, em algumas aldeias, vilas e cidades do interior temos instalações desportivas megalómanas, sorvedoras de largas fatias do erário autárquico sem as devidas contrapartidas na promoção de hábitos saudáveis de prática desportiva.

2.6.5 – As Autarquias e os Clubes Desportivos

Uma das afirmações mais comuns e por isso com espaço consagrado na análise que se faz à realidade desportiva nacional é a de que os clubes têm substituído a acção do Estado no plano da formação desportiva dos jovens (Constantino, 1999).

Este panorama só poderá ser alterado para melhor quando os poderes públicos outorgarem à escola a responsabilidade total na formação e desenvolvimento do desporto em Portugal. Se a escola, além da sua genésica competência na promoção da educação física das populações, também contribuir para a iniciação e desenvolvimento da prática desportiva regulamentada através do desporto escolar, levará à redução da importância dos clubes na promoção do desporto, reservando a estes os quadros competitivos a partir de juniores. Esta seria sem dúvida uma revolução, mas será uma revolução que urge levar a cabo se queremos o desporto de alta competição bem alicerçado no total da sociedade.

Mas, para já, temos um desporto escolar minguado enquanto o desporto nos clubes atinge a sua máxima expressão possível, quase sempre subordinado à lógica da rentabilidade económica.

Constantino (1999) refere que os clubes desportivos são associações de direito privado, que oferecem um conjunto de serviços aos seus associados entre os quais a possibilidade de praticarem desporto (de formação, de competição, de manutenção), em termos e condições determinadas. Aos clubes desportivos não se lhe pode pedir, porque seria absurdo, que garantam com carácter

universal e gratuito o ensino da educação física e do desporto na escola, como é obrigação do sistema público de ensino e perante a qual a responsabilidade do Estado é indeclinável e não transmissível a outras entidades.

Segundo Dias (2002), as autarquias locais, são na realidade actual os principais financiadores de diferentes organismos desportivos (clubes, associações, federações e escolas).

“... É para a Câmara Municipal que os clubes se voltam, antes de tudo, para procurarem resposta aos seus problemas, e nenhuma delas pode ficar indiferente a este apelo” (Carvalho, 1994, p. 60).

O desenvolvimento desportivo local, cuja definição sumariamente concentraríamos num conjunto de indicadores que assentam no número de praticantes desportivos, níveis de regularidade e frequência desportivas, número de organismos de acolhimento, rede de infra-estruturas desportivas, número de modalidades praticadas, níveis de excelência dos resultados alcançados, só é possível num quadro de estreita colaboração e sinergia entre a administração pública e o movimento associativo, sem prejuízo da intervenção – de resto desejável – de outras entidades e sectores. Mas aqueles são decisivos. Modernizar a gestão dos sistemas desportivos locais, supõe necessariamente introduzir alterações quer nos procedimentos da administração pública, mas também do movimento associativo.

Aos clubes, células básicas do tecido desportivo, é indelével a obrigação dos poderes públicos de disponibilizar meios e recursos que viabilizem e potenciem a sua indiscutível função social. Contudo, nem todos são merecedores dos apoios públicos, nem todos preenchem indiscutíveis funções sociais. É por isso responsabilidade da administração local, ser exigente e não comprometer recursos onde não existam resultados sociais e desportivos inequívocos, onde não existam dirigentes que dão suficientes e sólidas garantias de idoneidade, responsabilidade e adequado uso dos recursos públicos que são disponibilizados (Constantino, 2002).

Carvalho (1994) diz que as autarquias deverão ficar directamente responsáveis pela construção, manutenção e funcionamento dos equipamentos desportivos, pelo apoio directo e intenso ao Movimento Associativo Local, pela animação desportiva do vasto grupo daqueles que não se encontram enquadrados em nenhuma instituição.

2.7 – Associativismo Desportivo

O associativismo desportivo é um valor central de toda a cultura desportiva, e da própria cultura (Carvalho, 1994). O mesmo autor refere que o movimento associativo constitui um elemento fundamental na democratização da vida cultural e social do nosso país. Por isso os clubes desportivos locais devem ser considerados como elementos decisivos no desenvolvimento das práticas físicas num determinado território.

É importantíssima a intervenção do clube desportivo junto da população, quer no contexto do lazer, quer no próprio rendimento desportivo. Constantino (1999) refere que o clube desportivo é um suplemento de vida que se oferece a um bairro, a uma população, a uma região. É um local de preservação e de reforço de identidades locais ou regionais. É um meio de integração social e expressão de genuína solidariedade humana traduzida na doação voluntária de trabalho em prol do associativismo. É um espaço de sociabilidade. É um meio de coesão social.

A Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro, Lei de Bases do Sistema Desportivo, prevê no seu artigo 33.º o apoio da administração pública desportiva ao associativismo desportivo, nomeadamente às federações, às associações e aos clubes. A Lei n.º 19/96, de 25 de Junho, alterou a Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro, e aditou o artigo 27.º -A, disposição que se refere às associações promotoras de desporto. Definem-se como “...os agrupamentos de clubes, de praticantes ou outras entidades que tenham por objecto exclusivo a promoção e organização de actividades físicas e desportivas, com finalidades lúdicas, formativas ou sociais...” (Albuquerque, 2002).

O associativismo desportivo é uma das principais áreas de actuação das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, possuam ou não eleitos com responsabilidade política no desporto, possuam ou não serviços desportivos, possuam ou não técnicos de desporto.

Se não fossem os clubes, não haveria desporto em Portugal. Isto é verdade; no entanto, temos de apontar para a inexistência de planos robustos, verticalmente articulados e financeiramente suportados pelo Estado, a razão pela qual o desporto escolar sempre foi uma miragem.

Constantino (2006) refere que, se o poder central, o poder local e o movimento associativo actuassem de maneira concertada com sentido estratégico da definição das políticas de promoção e de desenvolvimento desportivo – em vez de intervenções desgarradas, marcadas pelo distanciamento ou pelo voluntarismo generoso mas inconsequente –, os resultados seriam bem diferentes.

3 – Metodologia

O tema desta monografia foi escolhido tendo em vista a sua aplicação prática no futuro, após uma reflexão decidimos efectuar um Plano de Desenvolvimento Desportivo para a Vila de S.Torcatto, uma vez que as Vilas são das unidades mais baixas da hierarquia política, além disto, julgamos ser uma necessidade trabalhar ao nível das Vilas mais afastadas dos centros urbanos, pois, na sua maioria, estas são esquecidas e o seu desenvolvimento desportivo é limitado ou mesmo inexistente.

Com o objectivo de realizar o trabalho, seguiram-se uma série de etapas, com o intuito de recolher o material necessário à sua elaboração.

Assim, foi realizada uma recolha bibliográfica, que nos serviu de base teórica ao desenvolvimento do nosso tema.

A metodologia utilizada na recolha de dados para este trabalho envolveu, uma entrevista aberta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Torcato (Sr. Bruno Fernandes) e outra ao Sr. Presidente do Grupo Desportivo União Torcatense (Sr. Nelson Pereira). Nestas entrevistas procuramos conhecer melhor a realidade da freguesia relativamente ao Desporto e relativamente à única associação desportiva da freguesia. Assim, foi-nos possibilitada a recolha de um conjunto de dados, que nos permitirá ter um suporte para delinear as linhas que nos parecem prioritárias na elaboração de um Plano de Desenvolvimento Desportivo para a Vila de São Torcato.

4 – Apresentação dos dados

4.1- Caracterização da Vila de São Torcato

A Vila de São Torcato é senhora de uma beleza natural e de uma excelência patrimonial e monumental que lhe dá direito a um estatuto e atestado de superioridade e notoriedade no panorama regional e mesmo nacional. Ela é portadora de uma história de séculos e séculos. As suas origens perdem-se por tempos idos. Se as primeiras referências escritas acontecem pelo século X, a existência de actividade vital nesta zona é, deveras, muito mais antiga uma vez que possibilidade da existência de um castro romano é muito veraz (Sarmiento, 1933, p. 225).

Na actualidade, São Torcato é um centro religioso, onde transborda a fé de gente simples e devota. É nesta perspectiva, de passado longínquo e de presente fértil, que nos propomos apresentar São Torcato, o do passado e o do presente. Bela de se ver, a Vila encanta pelas maravilhas da natureza, pelo progresso e desenvolvimento humano. Conciliadas, natureza e humano dão uma belíssima criação que tem a mão de Deus a abençoar por cima.

4.1.1 - Identificação

A Vila de São Torcato é uma Vila portuguesa pertencente ao Concelho de Guimarães, sita a 5 km desta e tem uma área de 10,56 km².

A Vila é um fértil vale rodeado por montes em jeito de cordilheira. A sua situação geográfica é, por isso, propícia ao encontro, ao aglomerado de pessoas como acontece a vários níveis.

As fronteiras são demarcadas a norte pela freguesia de Gonça, a sul pelas freguesias de Aldão e Selho de São Lourenço, a nascente pela freguesia de Rendufe, e a poente pela freguesia de Gominhães.

4.1.2 - História

A biografia do personagem que dá nome à terra é muito discutível. Há, na verdade, diferentes teses sobre o personagem de nome Torcato, Bispo. Apresentamos a que é mais aceite e que coloca a vida de Torcato trespassando as nações actuais de Portugal e Espanha – na altura apenas uma: a Hispânia ou Península Hispânica. É a lenda contada e aceite pelo Breviário Bracarense.

Torcato seria natural de Toledo e descendente da nobre família *Torcatus romanus*. Durante a sua juventude sobressaíram aos olhos de todos as suas inúmeras virtudes. Exerceu funções de Arcipreste na Sé de Toledo e de lá partiu para nova missão: foi aclamado Bispo de Iria Flávia ou Padrão, na actual Galiza. A firmeza e eloquência da sua doutrina e sabedoria ressaltaram no 16º Concílio de Toledo, em 693, concílio esse que aclamou Torcato Arcebispo de Braga e de Dume.

Contudo, corria o ano 711 quando os muçulmanos entraram na Península pelo sul hispânico. Muça comandava as tropas enviadas de Tarik para instaurar o culto de Ala e ao Profeta (Maomé). Ao invés, o Arcebispo Torcato tinha outros planos, a luz da mensagem de Jesus Cristo e da fidelidade a Deus Uno e Trino. O encontro das religiões (islamismo e cristianismo) dá-se, segundo a lenda, junto a Guimarães, mais precisamente naquelas terras que hoje pertencem à Vila de São Torcato. Muça tinha um enorme exército, enraivecido e desejoso de sangue e morte; Torcato tinha 27 companheiros na fé. Depois de um discurso do Arcebispo, a fúria de Muça descarrega-se em Torcato e o general, friamente, desembainha da espada e decapita-o, cabendo igual sorte aos acompanhantes. Segundo reza a lenda tudo aconteceu a 26 de Fevereiro de 719 (outra data se aponta no mesmo dia e mês do ano 715).

O corpo foi encontrado, mais tarde, num bosque junto a um regato. Logo trataram da construção de um templo para o colocar pois a luz da fé fazia acreditar que aquele seria um corpo santo. Ao retirar o corpo do meio das pedras e das silvas (exumação) brotou uma fonte caudalosa que ainda se

conserva hoje possuindo as suas águas poderes medicinais. Passados tempos, o corpo terá sido colocado no mosteiro que já existiria, desde os visigodos (talvez desde os suevos).

A terra que seria de Santa Maria (por ter um Mosteiro dedicado a Santa Maria que estaria já arruinado) passou então a denominar-se de São Torcato, quando os Monges de São Rosendo ali chegaram, vindos de Celanova (Almeida, 1962, p. 156-157). O nome da região dado pelo corpo aparece no *Testamento* de Mumadona Dias (1059) que já em 1014, ou mesmo em 951, aquele corpo tinha já dado nome à região. O corpo esteve no mosteiro até ao século XIX (1852, data da solene transladação para o Santuário). A cobiça do corpo foi uma realidade ao longo dos tempos. Alguns documentos contam peripécias curiosas e mostram o fervor e a fé dos conterrâneos no corpo santo. Na verdade, tiveram sempre a medida do santo que “pugnou pela lei de Deus até à morte, não temeu as palavras dos ímpios pois estava alicerçado em rocha firme” (antiga antífona de vésperas da festa litúrgica bracarense).

4.1.3 - População

Segundo os dados recolhidos nos censos (2001), a Vila apresenta 3624 habitantes.

4.1.4 - Actividades Sócio-Económicas

A este nível podemos dizer que existe na Vila uma grande quantidade de Feirantes, realiza-se, inclusive, uma feira semanal aos Sábados. Existem também vários supermercados e cafés, algumas lojas de comércio, um banco e uma farmácia. Grande parte da população dedica-se à agricultura, indústria, comércio e turismo.

4.1.4.1 - Agricultura

A Vila de São Torcato é um fértil e salubre vale rodeado por montes e também pelos rios Ave e Vizela. O Rio Ave (do italiano *Adige*) e outro conhecido por Rio do Porto (ou Reserva) formam, abaixo de São Torcato, o Rio Selho (afluente do

Ave). Possui enormes potencialidades para o cultivo do regadio e da vinha a meia encosta. Os produtos mais importantes da terra são o milho, o feijão, a batata, a cebola e hortaliça variada. A agricultura é de subsistência, de consumo caseiro.

4.1.4.2 - Indústria e Comércio

A Vila tem assistido a uma implementação crescente mas morosa das indústrias ligadas à área de calçado e de têxteis, vocacionadas principalmente para a exportação. A indústria e o comércio são actividade forte de São Torcato. A necessidade de implementação de um complexo industrial é uma realidade cada vez mais imperiosa.

4.1.4.3 - Turismo

São Torcato tem conseguido criar infra-estruturas que trazem à Vila, principalmente aos fins-de-semana de verão, milhares de pessoas atraídas não só pela beleza e grandeza do seu Santuário, mas também pela frescura das suas tileiras e do seu frondoso parque com dos barcos de recreio no lago artificial, um dos mais belos recantos de todo o concelho. Contudo, a necessidade de criar um posto de turismo e de informação a visitantes começa a ser uma realidade premente.

4.2.4 - Ensino

No que se refere aos estabelecimentos de ensino a Vila possui a Escola Primária de São Torcato onde funciona o Ensino Pré-primário, o 1º Ciclo do Ensino Básico e as Actividades e Tempos Livres. Possui também a Escola EB 2/3 de São Torcato onde funciona o 2º e 3º Ciclo do ensino básico. As duas escolas são públicas.

4.2.5 - Unidades de Saúde

Relativamente a unidades de saúde existe em São Torcato um centro de saúde que se situa um pouco acima da escola E.B 2/3 de São Torcato, encostado à casa do Povo e à frente da Farmácia. Mais ou menos com 6 médicos diários que atendem a população de São Torcato e a população vizinha. O novo centro de saúde está já em fase de conclusão.

4.2.6 - Instalações Desportivas

Como podemos observar nas seguintes figuras (figura 1,2,3,4 e 5) estão representadas algumas imagens das instalações desportivas existentes em São Torcato:

- Pavilhão Gimnodesportivo da Escola EB 2/3 de São Torcato (figura1).
- Ringue da Escola EB 2/3 de São Torcato (figura 2)
- Ringue da Escola EB 1 de São Torcato (figura3)
- Ringue do Parque do Mosteiro de São Torcato (figura 4)
- Campo de Jogos do Arnado (Grupo Desportivo União Torcatense) (figura 5)



Figura 1- Pavilhão Gimnodesportivo da Escola EB2/3 de São Torcato



Figura 2- Ringue da Escola EB 2/3 de São Torcato



Figura 3- Ringue da Escola EB 1 de S.Torcato



Figura 4 - Ringue do Parque do Mosteiro de S.Torcato



Figura 5 - Relvado do Campo de Jogos do Arnado

4.2.7 - Junta de Freguesia de S.Torcato

A Junta de Freguesia é presidida pelo Dr. Bruno Alberto Vieira Fernandes e a Assembleia de Freguesia pelo Sr. Alberto Manuel Lamosa Gomes. Com a elevação da freguesia a Vila, tornou-se forçoso a criação de uma bandeira.



Figura 6 – Sede da Junta de Freguesia de S.Torcato

4.2.8 - Grupo Desportivo União Torcatense

Devido ao facto do Grupo Desportivo União Torcatense ser a única associação desportiva na freguesia (logo, movimenta uma enorme quantidade de praticantes desportivos, técnicos e dirigentes) e a grande importância que o clube apresenta para a Vila, decidimos falar um pouco sobre o mesmo.

O Torcatense foi fundado em 1928 pelas gentes da Terra.

No palmarés merece especial lugar o título de Campeão da I Divisão da AF Braga, em 1996/1997. Em 2002/2003 venceu a Taça da AF Braga; em 2003/2004 sagrou-se Campeão da Série B da Divisão de Honra e em 2004/2005 conseguiu o 2º lugar da Série A da III Divisão e por conseguinte a subida à II Divisão B dos escalões nacionais. O clube conta apenas com uma modalidade, o futebol.

Ao longo dos anos passaram milhares de atletas, técnicos e dirigentes pelas suas fileiras, no entanto nem todos eram residentes na Vila de S.Torcato. Para

além de formar e tentar criar hábitos desportivos saudáveis nos jovens, outro grande objectivo do Torcatense é a formação social dos mesmos.

Na época 2008/2009 o Torcatense tem 3 equipas a disputar a Associação de Futebol de Braga, o escalão sénior disputa a Divisão de Honra, o escalão júnior disputa a 1ª Divisão de Juniores e escalão juvenil disputa a 2ªdivisão de Juvenis.

A equipa sénior disputa os seus jogos no campo do Arnado, onde se situa também a sua sede, este contém apenas um campo relvado assim como um espaço de suporte onde se encontram balneários, gabinetes e posto médico. Os escalões de formação realizam os seus jogos no campo de rendufe, alugado para o efeito pela direcção do Torcatense.

Seguidamente apresentamos um quadro com o número de atletas, equipa técnica e dirigentes por cada escalão e modalidade:

Tabela I - Nº de atletas, treinadores, dirigentes, massagistas e roupeiros no Torcatense

Futebol	Atletas	Treinadores	Directores	Massagistas	Roupeiros
Seniores	25	3	20	2	2
Juniores	20	3			
Juvenis	17	2			

4.2.9 - Orçamento e projectos

A nível de projectos, simplesmente não existem.

O orçamento para o Desporto na freguesia é 5000 euros e é entregue sob a forma de subsídio ao Grupo Desportivo União Torcatense.

5 – Plano de Desenvolvimento Desportivo

5.1 Objectivos

Com este Plano pretendemos ver desenvolvidos os seguintes objectivos:

5.1.1 - Objectivos gerais

- Promover a prática desportiva na freguesia de São Torcato, procurando aumentar/estabelecer os níveis de participação e frequência dos diferentes segmentos etários e sociais da população;
- Criar e dinamizar um Gabinete de Desporto na freguesia;
- Realizar um protocolo de apoio com a Câmara Municipal de Guimarães;
- Aperfeiçoar e manter a saúde física e mental de toda a população;
- Promover a actividade física de carácter lúdico para ocupação dos tempos livres;
- Realizar protocolos com Grupo Desportivo União Torcatense de modo a viabilizar o plano, quer na cedência de instalações, que na organização/participação de actividades;
- Realizar protocolos com Centro de dia de São Torcato, para proporcionar aos idosos actividade física adequada;
- Apoiar e/ou criar instalações e equipamentos, essenciais para a prática desportiva;
- Optimizar todos os recursos existentes;
- Apoiar e colaborar com o associativismo local;
- Promover actividades com o intuito de integrar a população com dificuldades de integração.

5.1.2 - Objectivos Específicos

- Estimular a prática do associativismo já existente e apoiar a formação de novas associações desportivas;
- Incrementar a actividade física e o desporto nas escolas da freguesia;

- Apoiar as actividades realizadas na freguesia;
- Promover as actividades ao ar livre, incluindo os jogos tradicionais;
- Criar e proporcionar actividades regulares, incluindo as férias lectivas;
- Implementar novas actividades físicas e modalidades (amadoras ou federadas):
 - Basquetebol
 - Voleibol
 - Atletismo
 - Desportos Radicais
 - Natação
 - Corrida de manutenção
 - Canoagem
 - Rugby
 - BTT
 - Andebol
 - Esgrima

5.2 - Ordem dos Factores de Desenvolvimento Desportivo

De seguida, para uma correcta elaboração do Plano de Desenvolvimento Desportivo, iremos respeitar os seguintes factores, segundo Paz (1977):

- Legislação;
- Quadros humanos;
- Orgânica;
- Financiamentos;
- Actividades;
- Instalações;
- Apetrechamento;
- Formação;
- Marketing;
- Documentação/Informação;
- Gestão;

5.2.1 - Legislação

Referente a este ponto, e uma vez que a junta de freguesia de São Torcato se encontra sob a alçada da Câmara Municipal de Guimarães, podemos dizer que “a Lei de Bases do Sistema Desportivo e a Lei de Bases das Atribuições e Competências das Autarquias, nos seus Decreto-Lei nº 100/84 e lei nº1/90 de 13 de Janeiro, respectivamente, referem as competências das Autarquias relativamente ao Desporto, nos seus artigos 2º,36º,37º e 42º” (bordonhos, 1999).

6.2.2 - Quadros Humanos

A responsabilidade da autarquia, a um nível mais geral, e da junta de freguesia, a um nível mais específico, deverá ser assumida tendo em conta os recursos humanos existentes. No entanto, é inegável que as mesmas devem sempre procurar melhorar as condições de vida da população.

Consideramos pois que deve ser criado um Gabinete Desportivo na Junta de Freguesia de São Torcato, para assim facilitar as obrigações que o estado “impõe” e acima de tudo promover o desenvolvimento desportivo da freguesia.

6.2.3 - Orgânica do Gabinete Desportivo

Neste ponto residem as nossas maiores dúvidas, pois se para nós não haveria a mínima dificuldade na criação do dito Gabinete, julgamos ser indispensável a presença política, uma vez que o mesmo se encontraria inserido numa junta de freguesia. Por isso pensamos que algum vice-presidente fizesse a ligação entre o Gabinete e a parte política da junta.

Internamente o Gabinete Desportivo seria constituído por dois licenciados em Educação Física e Desporto e um licenciado em Gestão do Desporto, sendo que não haveria necessidade de uma hierarquia entre estes.

A nível financeiro, e para libertar um pouco os encargos da junta de freguesia, julgamos ser possível a auto subsistência do mesmo, através de apoio de alguns empresários e particulares da freguesia.

5.2.4 - Financiamentos

Como já foi referido anteriormente, para a manutenção do gabinete julgamos ser viável o apoio dos empresários e particulares da freguesia, para a realização de actividades seriam pedidos apoios e patrocínios que viabilizassem as mesmas, assim a Junta de Freguesia só gastaria verbas do seu orçamento para a construção/arranjo/manutenção de instalações e equipamentos mais dispendiosos, sempre que os mesmos não pudessem ser suportados financeiramente pelo Gabinete.

5.2.5 - Actividades

Somos da opinião que deverão ser as actividades que devem justificar os apoios ou a construção de instalações, e não o contrário. Pois na maior parte dos casos não existem actividades por falta de organização, de planos de desenvolvimento das mesmas ou ainda pela falta ou reduzida participação dos cidadãos.

Pensamos, pois, que cada zona tem as suas especificidades e condições e é baseado nestas características que as actividades se devem desenvolver.

Muitas das actividades a realizar poderão ser efectuadas noutras freguesias e localidades vizinhas. Para tal o transporte poderia ser cedido pela Junta de Freguesia de São Torcato, pelo Grupo desportivo União Torcatense ou então requisitado à Câmara Municipal de Guimarães.

Finalizando esta parte, julgamos ser necessário começar a efectuar o trabalho pelas crianças do Ensino Pré-Primário e do 1º Ciclo do Ensino Básico de São Torcato.

Desenvolvimento do Desporto na Escola Pré-Primária e Primária

O desenvolvimento destas Escolas poderá ser em conjunto, uma vez que as mesmas funcionam exactamente no mesmo local. Acreditamos ser essencial, e possível, a criação de um Centro Escolar de Desporto na referida escola, que funcionaria da seguinte forma: os dois professores de Educação Física do Gabinete de Desporto deslocariam-se à escola no final do horário lectivo para ministrar aulas de Educação Física às crianças, sendo que a regularidade e duração das mesmas iria depender do interesse dos pais dos alunos, tudo isto sem nunca esquecer a faixa etária dos mesmos. Estas aulas decorreriam no espaço da escola, no pavilhão ginmnodesportivo da escola EB 2/3 de São Torcato, nas instalações do Grupo Desportivo União Torcatense ou ainda em qualquer outra parte da freguesia.

Desenvolvimento do Desporto no Centro de Dia

Este iria funcionar da mesma forma que nas escolas, sendo que, e com a devida autorização dos responsáveis do centro, as aulas seriam abertas a qualquer idoso da freguesia que se mostrasse interessado, mesmo que este não fosse frequentador do referido centro.

Desenvolvimento do Desporto para a população em Geral

É nossa intenção criar condições de prática para todos os residentes da Vila (e outros interessados), para tal, numa primeira fase, seriam proporcionadas aulas de actividades de academia/dança a realizar no pavilhão gimnodesportivo da EB2/3 de São Torcato, orientadas por profissionais da área. Regularmente seriam organizadas actividades variadas para toda a população interessada.

Desenvolvimento de novas modalidades (lazer)

Seriam organizadas actividades com o propósito de promover as mais variadas actividades, durante um período mais ou menos longo de tempo, conforme a receptividade da população (a partir daqui seria feita a “ponte” para o desenvolvimento do próximo ponto).

Desenvolvimento de novas modalidades (nível federado)

Para atingir este objectivo, tentaríamos a colaboração do Grupo Desportivo União Torcatense, uma vez que este já se encontra formado como associação e dispõe já de certas condições, em respeito ao nível desportivo. Como é óbvio, pelo menos para nós, este desenvolvimento só se daria caso houvesse um interesse por parte da população (principalmente a mais jovem) e o desenvolvimento deste interesse teria de ser pensado com os responsáveis da Junta de Freguesia, do Gabinete Desportivo e da direcção do clube.

Apoio ao Desenvolvimento das Actividades Existentes

No caso da Vila de São Torcato, a única actividade regular, implementada é o futebol, e uma vez que a mesma é da exclusiva responsabilidade do Grupo Desportivo União Torcatense, o apoio do Gabinete Desportivo transformar-se-ia num protocolo de colaboração entre o clube e os responsáveis do gabinete.

Outras Actividades

Pontualmente seriam organizadas outras actividades, de duração e temática variável, tais como, por exemplo, a semana radical, que poderia decorrer no parque de actividades radicais de São Torcato (Viva Park), através de um protocolo efectuado entre o Gabinete desportivo e a direcção do parque. Assim durante uma semana todos os interessados poderiam experimentar ou reviver alguns desportos radicais e de aventura.

Organização de Cursos e Acções de Formação

Esta seria outra das actividades a organizar e promover em São Torcato, sendo que estas seriam a um nível mais teórico, mas que poderiam ser complementadas com uma parte prática. A escolha dos temas para os cursos e acções de formação, teriam de ser debatidos e devidamente fundamentados.

Gostaríamos de salientar nesta parte que todas as questões relativas à legalidade e principalmente à segurança de todas as actividades seriam escrupulosamente respeitadas, uma vez que nós, como profissionais de Educação Física e Desporto, sabemos bem a importância e responsabilidade destes temas.

Nota: estas actividades são apenas alguns exemplos do que gostaríamos de ver concretizado na Vila de São Torcato.

5.2.6 - Instalações/ Equipamentos

Relativamente a este aspecto, julgamos que a Vila de São Torcato tem já algumas instalações desportivas e em boas condições. A maior parte delas são utilizadas apenas para as actividades escolares, daí que seja necessário estabelecer protocolos entre o Gabinete Desportivo e as entidades responsáveis pelas instalações para que possam ser utilizadas com o objectivo de desenvolver as actividades anteriormente referidas.

Pavilhão Gimnodesportivo e ringue da Escola EB2/3 São Torcato

Tanto o pavilhão como o ringue são utilizados durante o período lectivo para realização das aulas de educação física e fora desse horário são utilizado para aluguer. O nosso objectivo será estabelecer protocolos entre o Gabinete Desportivo e a escola EB 2/3 de São Torcato para que as instalações do pavilhão e do ringue possam ser utilizadas para o desenvolvimento das actividades anteriormente referidas.

Ringue da Escola EB 1

Este ringue é também exclusivamente utilizado para actividades escolares e apesar das suas reduzidas dimensões, poderá ser utilizado para algumas das actividades já referidas. Como é evidente será também necessário o estabelecimento de protocolo entre as duas entidades.

Campo de Jogos do Arnado

Este espaço é pertença do Grupo Desportivo União Torcatense e como tal a sua utilização estaria dependente de um potencial protocolo a elaborar entre as partes.

Seguidamente apresentamos uma lista de espaços/instalações/equipamentos que achamos de total interesse e conveniência, para um correcto desenvolvimento e promoção desportiva, construir:

- Uma zona desportiva junto ao campo de futebol, na qual existirá:
 - Piscina;
 - Circuito de manutenção;
 - Campo de ténis;
 - Ringue de futsal e que esteja devidamente preparado para a prática do basquetebol, possuindo marcações e tabelas;
 - Campo de voleibol de praia;
 - Um parque radical (rampas) para patinagem e skate;
 - Uma parede de escalada;
 - Um parque infantil;
 - Espaço verde, que possa também servir para a prática de jogos populares.

Para finalizar este tema, devemos referir, que devido às dificuldades económicas que assolam todos os sectores da sociedade, todas estas valências iriam demorar bastante tempo a serem construídas, mas seria um processo a longo prazo, que depois de concluído iria fazer com que a Vila de São Torcato se tornasse bastante desenvolvida a nível desportivo.

5.2.7 - Apetrechamento

A Junta de Freguesia, o Gabinete Desportivo e o Grupo Desportivo União Torcatense, deverão efectuar um estudo prévio e analisar os relatórios das actividades e projectos de dinamização desenvolvidos de modo a poder efectuar um correcto apetrechamento. O local ideal para efectuar esse apetrechamento e construir a zona desportiva, como foi referido anteriormente, seria, do nosso ponto de vista, nos terrenos junto ao campo de futebol, de modo a concentrar os espaços desportivos numa zona, para permitir uma melhor e mais correcta manutenção dos mesmos

5.2.8 – Formação

A Junta de Freguesia e o Gabinete Desportivo deverão ter a preocupação de organizar e proporcionar a todos os interessados, acções de formação acerca das modalidades que se pretende implantar e desenvolver, ou proporcionar a frequência dos mesmos noutra local, de modo a formar monitores que possam vir a integrar, temporária ou definitivamente, o Gabinete Desportivo, ou a aumentar os conhecimentos dos interessados.

6.2.9 – Marketing

Existem várias formas de angariação de fundos, através de empresas possivelmente interessadas, sendo que tal colaboração libertaria os fundos do erário público para outros fins.

Estas empresas, dependendo das actividades, poderão tirar alguns benefícios em termos de “marketing”, podendo para além de apoiar as actividades, patrocinar um espaço, ficando o mesmo com o nome da empresa.

5.2.10 - Documentação / Informação

Seria criado pelo Gabinete Desportivo, possivelmente em parceria com as escolas, um boletim mensal onde seriam documentadas e informadas todas as actividades levadas a cabo pelo mesmo. Este boletim, seria distribuído de forma a promover e divulgar todas as actividades, bem como publicitar os patrocinadores, a Vila de São Torcato e o Gabinete Desportivo.

5.2.11 - Gestão

Gerir um equipamento desportivo é um factor determinante na optimização das infra-estruturas desportivas. Torna-se, assim, indispensável que se adopte uma gestão cuidada, que imponha o domínio de conhecimentos e de técnicas. Assim as infra-estruturas da população deverão ser geridas pela Junta de Freguesia e as instalações, apetrechamentos e actividades do Clube deverão ser geridas pelo mesmo.

Ambas devem ter o objectivo de rentabilizar economicamente e desportivamente com sucesso.

6 – Conclusões e Sugestões

6.1 – Conclusões

O interesse e a procura pela prática de actividade física e Desporto tem aumentado consideravelmente nos últimos tempos, neste sentido, julgamos necessária uma intervenção política de promoção desportiva, com o intuito de oferecer aos cidadãos condições para melhoria da sua qualidade de vida, bem como uma forma eficaz de ocupar os tempos livres dos mesmos.

Para tal, torna-se imprescindível a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Desportivo, de modo a proporcionar um crescimento estruturado, a nível quantitativo e qualitativo, do Desporto.

No entanto para este Desenvolvimento Desportivo a boa vontade dos responsáveis não é suficiente, sendo também necessário providenciar uma série de condicionantes indispensáveis a este desenvolvimento, tais como: infra-estruturas desportivas, meios de financiamento, formação de atletas, profissionalização de dirigentes desportivos, entre outros.

Podemos então concluir, na generalidade, que a situação desportiva na Vila de São Torcato é praticamente inexistente, excepção feita ao trabalho realizado pelo Grupo Desportivo União Torcatense, apesar deste ser direccionado apenas a uma parte específica da população (desporto federado).

Assim, este trabalho permitiu-nos constatar que:

- Não existe um gabinete exclusivamente direccionado para o Desporto na Vila, deixando esse trabalho nas “mãos” Torcatense;
- Todo o dinheiro investido no Desporto é atribuído sob a forma de subsídio ao Grupo Desportivo União Torcatense;
- O pavilhão gimnodesportivo da escola EB 2/3 é utilizado quase exclusivamente para a prática das aulas de educação física dos

alunos da escola, e fora do horário lectivo é alugado a privados ficando a população, em geral, “longe” do mesmo;

- O futebol é a única modalidade praticada na Vila apesar de existirem boas condições para a prática de outras modalidades;
- Não existem projectos a nível do desporto sendo este trabalho pioneiro nesse aspecto;
- Para além da escola as crianças só têm acesso à prática do futebol e apenas a partir dos 14 anos;
- As mulheres não têm oferta no que concerne à prática desportiva, bem como os idosos, os deficientes e a população adulta;
- Não existe qualquer relação, a nível desportivo, entre a junta de freguesia, a escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e a Escola EB 2/3 de São Torcato.

Com esta realidade julgamos ser extremamente necessário determinar objectivos a curto, médio e longo prazo, bem como elaborar projectos para concretizar esses mesmos objectivos.

É também necessário ter em conta que os desportos onde existe contacto directo com a natureza são cada vez mais procurados, daí a necessidade de procurar “oferecer” condições para a prática das mesmas, através do desenvolvimento e/ou exploração dos meios existentes na Vila ou à sua volta.

Sucintamente, julgamos ser necessário e viável a curto/médio prazo, o seguinte:

- Criar um Gabinete Desportivo na Vila, estando ligado à junta de freguesia mas sendo o mesmo auto-suficiente a nível económico e/ou apoiado por privados;

- Proporcionar a toda a população o acesso à prática de actividade física;
- Promover uma relação de cooperação, a nível desportivo, entre o Gabinete Desportivo e as escolas da freguesia;
- Proporcionar o acesso à actividade física aos idosos em geral e aos frequentadores do Centro de Dia em particular
- Proporcionar uma interacção desportiva/social com as freguesias vizinhas;
- Promover o desenvolvimento de novas e diversas modalidades;
- Criar um protocolo com o Grupo Desportivo União Torcatense, tendo em vista o uso das instalações pertencentes a este, bem como a organização de actividades regulares para os residentes na freguesia e o desenvolvimento de novas modalidades a nível federado.

É importante referir que este Plano de Desenvolvimento Desportivo é susceptível de sofrer alterações, desde que as mesmas sejam justificadas e fundamentadas, daí este trabalho ser flexível, não devendo ser visto como acabado e estanque mas sim como um conjunto de propostas válidas para o início do desenvolvimento do desporto na Vila.

6.2 – Sugestões

Após efectuadas as conclusões deste estudo, esperamos que o mesmo seja o ponto de partida para o início da prática desportiva regular e variada por parte de toda (ou da grande maioria) da população.

Assim julgamos ser necessário no futuro:

- Realizar um estudo para saber quais as modalidades mais desejadas pela população alvo;

- Realizar um estudo sobre a disponibilidade da população para a prática desportiva;
- Numa fase posterior, elaborar planos de desenvolvimento para algumas modalidades;
- Elaborar um estudo para analisar o tempo de ocupação das instalações desportivas da Vila, tempo de utilização/nº de utilizadores, bem como os dias e os horários mais utilizados.
- Efectuar um estudo para prever uma futura interacção desportiva entre a Vila de São Torcato e as Vilas/Freguesias vizinhas.

7 – Referências Bibliográficas

Vimaranis monumenta historica. (1931). Guimarães.

Albuquerque, N. (2002). Desporto - Legislação. Porto: Porto Editora.

Almeida, E. D. (1923). Algumas notas dispersas. Revista de Guimarães(33), 262-265.

Alves, J. M. G. (1981). Apontamentos para a história do concelho de Guimarães. Manuscritos do Abade de Tagilde (Notas e Comentários). Revista de Guimarães(91).

Azevedo, A. D. (1962). O pinto de S. Torcato. Câmara Municipal de Guimarães.

Borges, J. (2000). Estudo dos Modelos de Gestão de Instalações Desportivas nos Municípios. Revista Desporto, nº2, 34-38.

Cachada, A. (1994). Guia Turístico e Monográfico. AC – Gabinete de Publicações.

Carvalho, A. (2002). Entrevista. Revista Desporto(2), 34-38.

Carvalho, A. M. D. (1994). Desporto e Autarquias Locais. Porto: Campo das Letras.

Coelho, T. (1988). Os meus amores. Mem-Martins Europa-América.

Constantino, J. (1990). Desporto e Autarquias. Revista Horizonte, VI(40).

Constantino, J. (1992). Desporto nas Autarquias. Revista Educação Física, 1(2/3), 7-11.

Constantino, J. (1994). Desporto e Municipios. Lisboa: Livros Horizonte.

Constantino, J. (1995). A Educação Física, o Desporto e o Desenvolvimento Regional. Revista Horizonte, XI(6).

Constantino, J. (1999). Desporto, Política e Autarquias. Lisboa: Livros Horizonte.

Constantino, J. (2002). Um Novo Rumo para o Desporto. Lisboa: Livros Horizonte.

Constantino, J. (2006). Geometria de Equívocos. Lisboa: Livros Horizonte.

Costa, A. d. J. D. (1959). O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga (Vol. 2). Coimbra.

Costa, A. d. J. D. (1997). O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga. Ed. Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1.

Dias, I. (2000). Desporto e Autarquias no Século XIX. Revista Horizonte, 16(94), 16-19.

Dias, I. (2002). Desporto e Autarquias no Século XIX. Revista Desporto, 2, 22-25.

Gomes, V. (1986). Regionalização e Descentralização Desportiva. Lisboa: Livros Horizonte.

Liberato, L. (2002). As Empresas Municipais e a Gestão de Instalações Desportivas. Revista Desporto, 2, 6-9.

Monteiro, A. J. B. e. M. (1923). Algumas notas dispersas. Revista de Guimarães(33), 261-327.

Oiveira, G. (1906). Couto de S. Torcato. Revista de Guimarães(18).

Pereira, E. (2000). Actividades Físicas e Desportivas: Que Intervenção Autárquica? Revista horizonte

16(96), 12-20.

Pereira, E. B. (1997). O Desporto e as Autarquias. Revista Horizonte, XIII(76), 22-25.

Perroux, F. (1881). Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.

Pires, G. (1989). Dicionário de Organização de Desporto. Lisboa: Prelo.

Pires, G. (2005). Gestão do Desporto- Desenvolvimento Organizacional (2 ed.). Porto: Apogesd.

Pires, G. (2007). Agôn - Gestão do Desporto - O jogo de Zeus Porto: Porto Editora, LDA.

Pires, J. M. C. (2000). Gestão de Infra-Estruturas Desportivas Municipais, no Distrito de Vila Real José Pires. Dissertação de Mestre apresentada à FADE-UP.

Sancho, J. A. M., & Sanchez, E. G. (1997). La gestión del deporte Municipal. Barcelona: Inde.

Sillos, D. D. S. (1998). Vida preciosa e glorioso martírio de S. Torcato. Guimarães.

Mapa de São Torcato. Consult. 10 Out 2009, disponível em http://maps.google.pt/maps?utm_campaign=pt&utm_medium=ha&utm_source=pt-ha-emea-pt-sk-gm&utm_term=mapa

Junta de Freguesia de São Torcato, Consult. 21 Set 2009, disponível em <http://jf-storcato.com/>

ANEXOS

ANEXO I - Mapa Concelho de Guimarães



Anexo II – Mapa de Vila de São Torcato



Anexo III - Escola EB 1 de São Torcato



Anexo IV- Escola EB 2/3 São Torcato



Anexo V- Ringue e Balneários da Escola EB 1 de São Torcato



Anexo VI– Pavilhão Ginmnodesportivo EB 2/3 São Torcato



Anexo VII – Ringue da Escola EB 2/3 de São Torcato



Anexo VIII – Infra- Estruturas do Grupo Desportivo União Torcatense



